

O ESPAÇO DA PRAÇA DA MATRIZ COM A INSERÇÃO DO PALÁCIO PIRATINI

Renato Holmer Fiore

O presente artigo origina-se de parte de um capítulo da tese de doutorado *On "place" and "character" in architecture: the case of Porto Alegre, South Brazil*, apresentada à Universidade de Londres em 2000, na *Bartlett School of Graduate Studies* do *University College London*. Nesse capítulo, foi desenvolvida uma análise sobre o caráter arquitetônico, relativo à noção de lugar, da Praça da Matriz em Porto Alegre, caráter este que apresenta certas contradições internas e incongruências em boa parte relacionadas a questões de natureza formal, compositiva e estilística (entendidas numa perspectiva histórica dentro do campo disciplinar da arquitetura), relativas a prédios componentes da praça. Sugere-se que, antes mesmo das inserções modernistas na praça,¹ como por exemplo a do novo Palácio da Justiça, cuja construção desfez a composição equilibrada que havia no lado norte da praça, já havia certas incongruências na conformação arquitetônica desta, com implicações para a percepção de seu caráter arquitetônico.

O artigo que se segue, formado de partes extraídas, vertidas para o português e adaptadas do referido capítulo da tese, trata principalmente de uma problemática gerada pela inserção do próprio Palácio Piratini, no começo do século XX, e analisa duas propostas de modificação da praça, não realizadas (a primeira pensada contemporaneamente ao plano de construir o novo palácio, tentando prever a nova situação; a segunda, proposta posteriormente), que procuraram, principalmente, resolver o problema da relação do palácio com o espaço aberto em frente. Com isto, evidenciaram que a estrutura formal da praça podia, como ainda pode, ser considerada como tendo-se tornado insatisfatória do ponto de vista arquitetônico.

Vários autores já escreveram sobre aspectos históricos e arquitetônicos da Praça da Matriz, destacando-se Andrea Soler Machado com seu detalhado trabalho de mestrado.² Esperamos, contudo, poder enfatizar certos aspectos e acrescentar novas considerações que nos parecem significativas.



BREVE HISTÓRICO DA PRAÇA

A Praça Marechal Deodoro, mais conhecida pelo antigo nome de Praça da Matriz, em Porto Alegre, sede dos poderes constituídos do Estado do Rio Grande do Sul, cenário de numerosos eventos políticos e culturais, é um lugar denso de significados para a história e a vida da cidade. É também um lugar de importância arquitetônica para a localidade e a região, tendo as diversas instituições ligadas a governo, justiça, religião e cultura construído e re-construído edifícios significativos à sua volta.

A história da praça é bem conhecida, sendo objeto de várias obras e publicações. Não vamos, assim, repeti-la em detalhes. Mas é útil que, antes de entrarmos nas questões específicas deste artigo, relembremos alguns dados e elementos importantes aos quais depois faremos menção.

A construção, no então chamado Altos da Praia, dos primeiros edifícios públicos, estruturas ainda relativamente simples e pequenas, dentro do marco da arquitetura colonial luso-brasileira, deu-se após a criação da freguesia em 1772. O local alto, em posição proeminente, oferecia boa visibilidade para e de todos os lados. Por 1780, a igreja estava praticamente concluída, mas ainda sem as torres. A casa de governo, o “palácio”, foi construída entre 1784 e 1789 ao lado da igreja. Os dois prédios, os mais importantes da cidade por suas funções, foram assim erigidos lado a lado no alto do divisor de águas da península onde surgiu Porto Alegre, ambos de frente para norte, voltados para o porto natural e de “costas”, por assim dizer, para o vento sul dominante. Definiram dessa forma o lado sul do espaço destinado à praça, a igreja situando-se na parte a leste, e o palácio, na parte a oeste. Assim, governo e Igreja passaram a compartilhar o mesmo espaço público, a mesma praça. A dualidade derivada dessa acumulação de funções religiosas e governamentais no mesmo espaço público deve ser percebida como uma das importantes características do lugar, com importantes implicações no caráter arquitetônico deste.

O lado leste da praça também teve seu presente alinhamento definido na parte final do século XVIII, sendo ocupado inicialmente basicamente por casas. Apesar de todos os seus primeiros prédios terem sido substituídos, o alinhamento permaneceu o mesmo até os dias de hoje. Os outros dois lados da praça, no entanto, só tiveram a sua atual posição definida mais tarde. O lado oeste parece ter sido ocupado parcialmente por um moinho no final do século XVIII,¹ substituído, na segunda metade do século XIX, pela “Bailante” e por uma hidráulica.

O lado norte (mais baixo) da praça sofreu uma intervenção de grande importância durante o século XIX. Uma parte do que era até então o espaço aberto, em seu lado norte, foi ocupada por dois edifícios importantes e quase idênticos (Figs. 1 e 2), que enriqueceram a praça do ponto de vista formal, criando, ou, tornando visível um importante eixo norte-sul, perpendicular ao plano das fachadas da igreja e do palácio. O primeiro desses edifícios, que foi destinado a abrigar o teatro São Pedro, foi iniciado em 1833 na metade oeste desse lado norte da praça, de



frente este eixo mais fortemente e para conferir uma estruturação formal, espacial, arquitetonicamente mais clara, forte e classicista, à praça como um todo, articulando-a, ainda, com a zona mais comercial da cidade, ao norte, junto ao porto.

Quando terminados, estes edifícios tiveram um impacto visual considerável na cidade. Um viajante alemão que visitou Porto Alegre em 1858, quando o teatro foi terminado, escreveu que este era a “casa mais esplêndida da cidade... vistosa demais para a capital de uma província”.¹ As suas massas destacavam-se do circundante composto de casas menores, criando contrastes em termos de volume, regularidade geométrica e estilo e, portanto, propiciando uma clara distinção entre tecido urbano e monumentos (Figs. 1 e 2), antes que edifícios maiores e mais altos começassem a competir visualmente com eles e finalmente acabassem por bloquear-lhes a vista a partir de longe.

Em 1896, o antigo Palácio do Governo foi demolido para ser substituído por um novo edifício. Com isto, a primeira geração de edifícios públicos da praça começou a dar lugar a novos prédios. Um projeto para o novo palácio foi elaborado por Alphonse Dinis Hebert, arquiteto de origem francesa que era chefe das obras públicas do Estado. Este projeto foi, no entanto, deixado de lado, não sendo considerado suficientemente grande e monumental. Em seu lugar, e após o governo do Estado ter organizado um concurso, em Paris (1908), cujo resultado também foi desconsiderado, foi adotado o projeto de Maurice Gras, arquiteto francês que veio a Porto Alegre e conseguiu apresentar seu projeto ao governo estadual através de contatos do cônsul francês.² Uma implicação importante da construção do novo palácio foi que este veio a romper o relativo equilíbrio antes existente entre os antigos edifícios coloniais. O novo palácio (Fig. 3), uma obra acadêmica classicista, de grandes proporções dentro do contexto, suplantou significativamente, em tamanho e monumentalidade, a catedral, deixando a Igreja numa posição inferiorizada frente à instituição governamental controlada na época pelos positivistas de orientação laica. Na verdade, a inserção do novo palácio acabou também tendo outras implicações significativas para a percepção da conformação arquitetônica da praça como um todo, como veremos adiante, criando ou acentuando certos problemas de ordem compositiva, por assim dizer, principalmente em relação ao eixo dominante, ao senso de monumentalidade e à percepção sobre o caráter arquitetônico do lugar.

Em 1921, poucos meses após o governo ter-se mudado para o novo palácio, começou, por sua vez, a construção da nova catedral. De forma semelhante ao que aconteceu com o novo palácio, a nova igreja também não foi construída de acordo com o primeiro projeto escolhido. A proposta vencedora do concurso “internacional” (mas desta vez realizado em Porto Alegre) de 1917, um projeto neogótico a ser construído com painéis pré-fabricados de concreto, de autoria do imigrante espanhol Jesus Maria Corona, acabou sendo posta de lado em favor de um projeto também classicista, com traços neo-renascentistas, obtido em Roma, de autoria de



1

Praça da Matriz em 1888, com o Teatro São Pedro e a Câmara

Imãos Ferrari — acervo do Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman.



2

Praça da Matriz, década de 1920.

Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman.



3

Palácio Piratini.

Foto do autor.



4

Praça da Matriz com a igreja e o palácio coloniais, em gravura de Wendroth, 1852.

CAMPOS, Zero Hora, 10.07.1998, p. 18.

Giovanni Battista Giovenale, arquiteto de obras da Santa Sé. A catedral levou várias décadas para ser construída. A inauguração definitiva só se deu em 1986. Portanto, não estava ainda pronta quando Arnaldo Gladosch realizou sua proposta de remodelação da Praça da Matriz, projeto que analisaremos abaixo.

Para completar esta rápida recapitulação da história da praça, ou melhor, esta identificação dos principais elementos da conformação arquitetônica desta até a época da proposta de intervenção de Gladosch no local, devemos mencionar ainda o Auditório Araújo Vianna, inaugurado em 1927 no lado oeste da praça, em sítio onde antes estavam a Bailante e a hidráulica. Era um auditório a céu aberto, com bancos em terraços e uma concha acústica posicionada de modo algo estranho, diagonalmente, no canto noroeste do sítio. O espaço do auditório era apenas virtualmente separado do espaço da praça por uma pérgola e alguma vegetação. Como notado por Andrea Machado, poderia ser lido como uma extensão do espaço aberto da praça ou como limite daquele espaço, marcado pela pérgola.¹ Havia, assim, uma certa ambigüidade em relação ao espaço aberto da praça. Talvez isto refletisse ainda dúvidas sobre uma destinação definitiva para esse espaço do auditório. Como veremos adiante, no começo do século XX havia planos para incorporá-lo definitivamente à praça, o que acabou não ocorrendo. Mais tarde, já após o período focado neste artigo, no entanto, esse espaço seria ocupado pela nova sede da Assembléia Legislativa do Estado, obra modernista projetada pelos arquitetos de São Paulo Gregório Zolko e Wolfgang Schoeden.

ESPAÇO E COMPOSIÇÃO: O LUGAR DOS FINAIS DO SÉCULO XIX

As últimas décadas do século XIX podem de fato ter sido o período em que a praça atingiu a mais clara configuração arquitetônica e caráter de lugar de sua história, em uma “composição equilibrada”,¹ marcada especialmente por dois pares de edifícios. O primeiro par, mesmo que não formado por edifícios gêmeos, constituía-se da igreja e da casa de governo (Fig. 4). Apesar de serem muito diferentes em uso, significação e tipologia, sendo a igreja maior e mais ornamentada, poderia ser sentido um certo equilíbrio entre eles e as funções que desempenhavam e representavam.

Talvez o fato mais importante que sugere esse relativo equilíbrio e a formação de um par, além da importância das funções dos edifícios, é a própria localização destes, que dividiam o mesmo lado da praça, cada um ocupando aproximadamente metade daquele lado. Suas posições na praça sugerem um nível similar de importância. Estavam lado a lado, com nenhum deles ocupando o centro ou sendo foco de um eixo principal. O eixo formado entre os edifícios gêmeos do lado norte também passava entre eles, se não o lermos como terminando na Rua da Igreja (atual Rua Duque de Caxias). Esse arranjo, no entanto, sugere a existência de dois eixos norte-sul paralelos cruzando cada metade da praça, eixos que estariam ainda presentes atualmente (apesar de três dos quatro edifícios

originais terem sido substituídos) se sua percepção não estivesse bloqueada pela densa vegetação presente no meio da praça. Esses eixos secundários relacionariam o teatro ao palácio, no lado oeste da praça, e a Câmara à igreja, no lado leste, sugerindo, de certa forma, outra possibilidade, apesar de bem mais fraca, de ver os edifícios em pares.

Retornando aos pares originais, um ao sul, outro ao norte, havia, contudo, uma clara hierarquia entre esses dois lados da praça, relacionada à importância relativa das instituições e à situação espacial. A proeminência institucional do lado sul coincide, não por acaso, com o fato deste ser o lado mais alto, sendo também mais proeminente visualmente. Isto era reforçado pelo eixo criado ou enfatizado pelos edifícios gêmeos do lado norte. Estes monumentalizaram a ligação da Praça da Matriz com a parte mais comercial da cidade, e o eixo entre eles aponta para a parte mais alta da praça, onde estão as instituições mais importantes, podendo também ser entendido como que terminando na linha da Rua da Igreja, linha que na época era reforçada pela parede de um terraço que havia sido construído em frente ao palácio e à igreja antigos.

A proeminência hierárquica do lado sul era também acentuada pelo próprio fato de que os edifícios do norte, apesar de sua monumentalidade em termos de tamanho, arranjo urbano e estilo, eram gêmeos em sua configuração externa, quase idênticos um ao outro. Essa semelhança dava mais monumentalidade ao conjunto urbano, mas, por outro lado, limitava a monumentalidade de cada edifício individualmente, permitindo, dessa forma, que os edifícios do lado mais alto tivessem a sua importância reforçada pelas suas individualidades.

Há ainda um outro aspecto interessante relativo à semelhança do par do lado norte e à diferença do par do lado sul. Por um lado, os gêmeos podem ser lidos como um conjunto único, enquanto a igreja e o palácio seriam dois artefatos separados e bem diferentes. Porém, por outro lado, essa diferenciação pode sugerir um sentido de complementaridade entre igreja e palácio, um sentido de que ambos são necessários para completar aquele lado sul da praça. Desse modo, eles também constituiriam um conjunto, sendo lidos como formando um todo. Por sua vez, os gêmeos, exatamente por causa da repetição de sua forma, que é completa em si mesma, podem ser vistos como uma duplicação e, portanto, podem ser separados um do outro. Assim, um eixo principal pode passar entre eles, mas não deveria separar o par ao sul.

Todas essas considerações sobre a configuração da Praça da Matriz na parte final do século XIX sugerem que ela teria constituído, na época, um espaço "figurativo", usando o termo proposto por Carlos Eduardo Comas,¹ apresentando clareza morfológica na estrutura do todo, dos seus monumentos, apesar do fato de que a praça não teria causado a impressão de um espaço mais fechado como muitas das praças européias tradicionais. O tamanho da área aberta, comparado à escala relativamente pequena dos edifícios em volta, e o espaçamento relativamente grande entre os principais edifícios institucionais davam à praça um caráter bastante

aberto (Fig. 1). De qualquer modo, este foi o esquema urbano mais monumental da cidade até então e possivelmente um dos mais interessantes arranjos urbanos, desde um ponto de vista arquitetônico e compositivo, da história da cidade.

ESPAÇO E COMPOSIÇÃO: PROBLEMA NA PRIMEIRA PARTE DO SÉCULO XX

Vistas em planta, as mudanças ocorridas no século XX não parecem ter afetado grandemente a estrutura espacial da praça. As reais implicações espaciais, no entanto, são maiores do que a planta pode sugerir (Fig. 5). Como visto anteriormente, a primeira substituição significativa de um edifício público da primeira geração foi a do palácio. O novo palácio teve importantes implicações para a praça. Primeiramente, desfez o relativo equilíbrio existente anteriormente entre o antigo palácio e a igreja coloniais. O palácio, então, ficou bem maior e mais monumental do que a igreja. A harmonia estilística também foi quebrada. Apesar do novo palácio ser bastante inspirado em modelos do século XVIII, esses modelos eram franceses e classicistas, completamente diferente do barroco colonial português do século XVIII. A caracterização relativa a nacionalidade foi, assim, também modificada. Quando a nova igreja foi construída, no entanto, o equilíbrio relativo com o palácio foi restaurado.

Mas é quando visto em relação ao espaço da praça como um todo que o novo palácio parece tornar-se mais problemático. Apesar de não trazer mudanças para o perímetro e a área da praça, e mesmo para suas funções, houve uma importante mudança de escala e caráter monumental. Estes aspectos junto com o próprio estilo, um classicismo decidido com uma ordem de colunas jônicas gigantes e uma marcação retórica e hierárquica do centro da fachada, características ausentes no antigo edifício, praticamente requereriam do espaço urbano em frente algum tipo de correspondência em monumentalidade,¹ enfocando esse novo centro (não enfatizado pela antiga construção). O novo edifício, assim, sublinha a falta de monumentalidade do primeiro arranjo do lugar e cria problemas geométricos e axiais para a praça.

A velha e simples casa de governo parecia encaixar-se melhor naquela situação quase em um canto da praça. O novo palácio, contudo, visto frontalmente, parece, por assim dizer, “desconfortável” nessa situação, o que contribui para a sensação de que o caráter da praça enquanto lugar é arquitetonicamente insatisfatório. Isto também enfraquece o caráter cívico da praça. O novo edifício da Assembléia Legislativa está demasiadamente próximo ao palácio, na esquina da praça, e o alinhamento de seu volume no lado da praça, linha que define o limite oeste desta, parece deixar um canto do palácio fora desta definição (Fig. 6). A fachada do palácio, assim, pode ser lida como estando parcialmente na praça e parcialmente (mesmo que apenas uma pequena parte) na continuação da Rua Duque de Caxias para oeste. Isto pode sugerir que o palácio na verdade pertence à rua (ao invés de à praça), que por sua vez se abre para a praça. Deste ponto de vista, podemos ver a relação entre

o palácio e a praça como fraca e mal resolvida. se abre para a praça. Deste ponto de vista, podemos ver a relação entre o palácio e a praça como fraca e mal resolvida.

O novo edifício da Assembléia é parcialmente responsável por isto, mas mesmo antes deste ser construído havia problemas na relação do palácio com a praça em frente, como podemos ver em fotografias antigas (Figs. 5 e 7), por exemplo. Uma destas (Fig. 7) mostra o Graf Zeppelin passando acima da praça em meados dos anos 1930. Por um lado, com o auditório sendo visto como uma extensão do espaço da praça, o palácio aparece em frente a um amplo espaço aberto, e não espremido em um canto da praça. A visão do palácio era certamente melhor antes da Assembléia ser construída. Porém, por outro lado, havia uma falta de equilíbrio entre os espaços da praça e do auditório, o que já impedia a percepção do palácio como estando em uma posição de centralidade. Além disso, a rua que constitui o lado oeste do espaço da praça e que sugere um eixo focando no centro do palácio, então assim como agora, na realidade não enfoca esse centro e não serve, portanto, como eixo compositivo, tanto por causa deste fato como por causa da falta de equilíbrio entre seus dois lados (Figs. 5 e 6). Centralidade (em relação ao palácio) e simetria (pelo menos em termos de um equilíbrio geral) em torno desse eixo seriam importantes para completar a composição classicista sugerida ou pressuposta pelo palácio.

DUAS PROPOSTAS PARA A PRAÇA

Dois projetos não executados para a modificação da praça mostram que esses problemas compositivos gerados com a inserção do novo palácio do governo foram percebidos claramente. De fato, o impacto do novo palácio foi entendido desde que este foi concebido, no começo do século XX. A construção do palácio foi na realidade pensada em conexão com um plano (Fig. 9) para criar uma avenida ligando a Praça da Matriz com a Praça da Alfândega e o porto,¹ projetada por Attilio Trebi, das obras públicas. O setor da avenida entre as duas praças criaria um eixo que seria prolongado através da Praça da Matriz por um dos novos caminhos de pedestres projetados para a praça, focando o centro da fachada do palácio, apesar do eixo ser um pouco inclinado em relação a esta e do caminho de pedestres ser um pouco deslocado do eixo da avenida. O espaço que veio a ser ocupado pelo auditório Araújo Vianna, e agora pela Assembléia Legislativa, deveria ser incorporado à praça. Isto teria proporcionado ao palácio um espaço aberto grande e quase simétrico em frente. O eixo visual teria dado mais monumentalidade ao lugar, e o palácio ter-se-ia encontrado num ambiente mais em consonância com suas características estilísticas e compositivas. Mas o plano de Trebi para a Praça da Matriz não foi realizado.

Deve ser dito, todavia, que o projeto de Trebi ainda não representava uma solução espacial realmente satisfatória, desde um ponto de vista classicista, para a praça. Teria criado uma dualidade de eixos, no mesmo



6

Lado oeste da Praça da Matriz, com o Palácio Piratini e a Assembleia Legislativa (à esquerda).

Foto do autor.



5

Vista aérea da Praça da Matriz.

Léo Guerreiro e Pedro Flores (1958) — acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman.



7

Cartão postal com fotografia do Zeppelin voando sobre Porto Alegre.

D'ÁVILA, José Carlos Mello, "Graf Zeppelin em Porto Alegre", C S Zona Sul, 1-15.01.1994, Turismo, p. 4.



9

Projeto de avenida, ligando a Praça da Matriz ao porto, e de remodelação da praça, por Attilio Trebi (início do século XX).

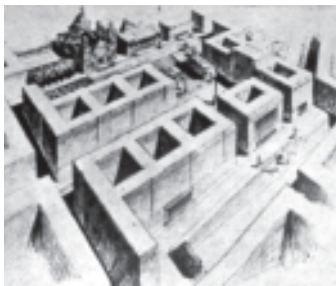
FBITTENCOURT, Doris Maria Machado de, *Os espaços do poder na arquitetura do período positivista no Rio Grande do Sul: o Palácio do Governo, Porto Alegre*. IFCH-PUCRS, 1990 (dissertação de mestrado), p. 238.



10

Projeto para remo-delação da Praça da Matriz, por Arnaldo Gladosch (1943).

LOUREIRO DA SILVA, J. & PAIVA, E. P., *Um plano de urbanização*, Porto Alegre: Livraria do Globo, 1943.



11

Projeto para remo-delação da Praça da Matriz, por Arnaldo Gladosch (1943).

LOUREIRO DA SILVA, J. & PAIVA, E. P., *Um plano de urbanização*, Porto Alegre: Livraria do Globo, 1943.



12

Projeto para remo-delação da Praça da Matriz, por Arnaldo Gladosch (1943).

LOUREIRO DA SILVA, J. & PAIVA, E. P., *Um plano de urbanização*, Porto Alegre: Livraria do Globo, 1943.



8

Palácio Piratini e Catedral Metropolitana de Porto Alegre.

Foto do autor.

espaço, de uma forma que, segundo entendemos, geraria algumas contradições. O eixo principal deveria ser aquele com o foco no palácio, já que este seria o edifício mais importante naquele lugar. No entanto, os prédios gêmeos do teatro e do tribunal, principalmente por serem gêmeos, continuariam a acentuar o outro eixo, que passa entre o palácio e a igreja. O novo eixo enfocando o palácio não seria marcado por edifícios de modo igualmente forte e, de dentro do espaço da praça, pareceria deslocado. Todo o lado norte da praça pareceria ambíguo e perderia em monumentalidade. Trebi tentou relacionar os dois eixos entre si e com o palácio através dos caminhos de pedestres que propôs para a praça. Como o novo eixo teria de ser, de qualquer forma, um pouco inclinado, ele propôs um outro caminho inclinado de forma simétrica, redirecionando o antigo eixo para a frente do palácio. Este expediente, todavia, não parece que seria muito eficiente, até porque, aparentemente, Trebi não conseguiu ter seus caminhos simetricamente inclinados partindo dos pontos corretos no lado norte da praça. O esquema, assim, parece um tanto fraco, com praticamente o mesmo tipo de imprecisões em termos de axialidades e equilíbrio, embora de maneira diferente, que o espaço já tinha (considerando-se que receberia o novo palácio). Além disso, o plano de Trebi não previu a construção da nova catedral, que teria ameaçado, com seu volume e monumentalidade, todo o esquema pensado para fazer do palácio o elemento central do espaço (Fig. 5).

O projeto de 1943 para reformulação da praça, proposto por Arnaldo Gladosch, um arquiteto baseado no Rio de Janeiro que na época estava trabalhando em um plano diretor para Porto Alegre, era certamente mais coerente internamente e mais eficaz em propor um ambiente urbano monumental adequado para o palácio, bem resolvido do ponto de vista de eixos e simetrias² (Figs. 10, 11 e 12). Entretanto, isto foi conseguido propondo mudanças radicais para a área, dando novo formato e subdividindo a praça, e eliminando todos os outros edifícios (além do palácio e da catedral em construção) existentes à sua volta, incluindo o teatro e o tribunal,³ os quais, como vimos, estavam criando um senso de centralidade que competia com o do palácio, impedindo que este dominasse completamente o espaço urbano mesmo que a praça fosse alargada para oeste. Gladosch, assim, tentou melhorar o senso de monumentalidade do centro cívico livrando-se dos complicados problemas representados pelos diferentes tipos de dualidades existentes no lugar (a praça que é ao mesmo tempo o lugar do palácio e da igreja; a dualidade dos eixos), arranjando praças diferentes para o palácio e a catedral e acentuando o domínio de cada um destes edifícios nas suas respectivas praças. Um artigo de jornal da época, citado por Nara Machado, confirma que a dualidade igreja-palácio era percebida, ao menos por alguns, como um problema estético, que o novo projeto estava tentando resolver:

“O Palácio do Governo terá uma praça fronteira e a Catedral, praças lateral e frontal, procurando-se, assim, sobressair um edifício do outro, para que, como atualmente, não se prejudiquem mutuamente em sua beleza arquitetônica.”¹

Como observado por Andrea Machado, os espaços seriam ordenados através de eixos e simetrias parciais e seriam conformados claramente por edifícios novos, racionalistas, provendo continuidade estilística e morfológica, num esquema que nos lembra a obra de Piacentini¹ e, de acordo com Weimer, certa arquitetura da Alemanha nazista.² Nara Machado também aponta para a influência da arquitetura fascista e seu conteúdo autoritário.³

Ao invés de simplesmente ampliar a praça para oeste, para deixar o palácio no centro do seu lado sul, Gladosch quebrou o espaço quase quadrado em dois retângulos. O primeiro, paralelo às fachadas do palácio e da catedral, foi estendido longitudinalmente tanto para leste como para oeste. Poderia ser visto como um alargamento da Rua Duque de Caxias, formando uma praça alongada com os edifícios monumentais em um de seus lados. Este espaço, portanto, sugere uma aproximação ou visão tangencial ou em ângulo agudo dos edifícios, num sentido mais dinâmico, com estes vistos em sucessão um ao outro (Fig. 8). Acentua também a colunata do palácio como um conjunto mais visualmente dinâmico, como uma sucessão de colunas, assim como os efeitos de sombra e luz sobre a fachada, proporcionados pelos elementos de arquitetura clássicos, ao invés de acentuar a visão frontal e a idéia de que há alguma centralidade, num sentido mais estático. Neste espaço, palácio e catedral estariam em condições similares, embora estivessem previstos alguns elementos no espaço para marcar a posição do palácio. A centralidade do último seria garantida pelo segundo retângulo, menos alongado, perpendicular à sua fachada. Este retângulo seria formado pelo estreitamento da praça existente no seu lado leste e por um ligeiro alargamento para oeste, tomando parte da área do auditório (o resto daquela área seria construído), de forma que o eixo principal focasse no centro da fachada do palácio e que a catedral ficasse fora de sua definição espacial, não competindo com o palácio no mesmo espaço. Fileiras de árvores acentuariam a vista em direção ao palácio (ao invés de bloqueá-la, como acontece hoje) assim como a idéia de que a catedral pertence a outro espaço. A inclinação do terreno seria vencida por degraus.⁴ Monumentalidade não seria, assim, alcançada pelo tamanho da praça, mas pelo seu arranjo arquitetônico, com um eixo forte e dominante ao mesmo tempo enfocando o centro da fachada do palácio e organizando o espaço aberto como um todo numa, por assim dizer, unidade axial que não existia tanto na realidade como no plano de Trebi.

Nesse esquema, portanto, a igreja não participa da praça maior junto com o palácio, apenas do espaço transversal alongado. Talvez como forma de compensar essa exclusão, Gladosch propôs a abertura de uma nova praça a leste da igreja. A igreja então teria o seu próprio espaço público, independentemente do palácio. Este espaço poderia ser visto como uma praça em "L" ou como um grupo de duas praças (o que é sugerido pela linha de árvores proposta por Gladosch, separando as duas áreas), uma em frente e outra ao lado do edifício. Dessa forma, a

igreja teria mais visibilidade do leste e nordeste e teria mais monumentalidade, embora não através de um eixo longitudinal frontal.

Entretanto, apesar de ser bastante interessante de um ponto de vista compositivo e de ser capaz de conferir ao lugar um decidido caráter monumental que lhe falta, a proposta de Gladosch teria destruído a maior parte do caráter histórico do lugar, tão significativo para a identidade local. Importantes edifícios históricos hoje bastante valorizados como tais, especialmente o Teatro São Pedro, teriam desaparecido. Mais do que isso, a histórica praça, com seu formato, posição e dualidades históricas, que marcou a vida da cidade desde a época de sua fundação, teria sido praticamente destruída. Hoje em dia parece inconcebível que tal mudança radical pudesse ser proposta. E mesmo na época houve reações contra essa mudança, como observado por Nara Machado.⁵ No entanto, essas propostas de alteração da praça são fortes sugestões de que o caráter do lugar, assim como ele é, é arquitetonicamente insatisfatório.

LUGAR, COMPOSIÇÃO E HISTÓRIA DA ARQUITETURA

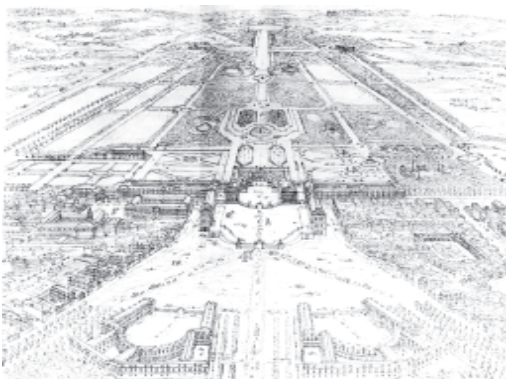
Um importante ponto a ser observado, após a discussão da inserção do novo palácio na praça, é o impacto fundamental que características especificamente compositivas e estilísticas de um edifício podem ter no caráter, enquanto lugar, de todo um espaço público. Ver o edifício sob o ponto de vista da praça, ao invés de concentrar a análise na individualidade daquele, permitiu-nos deslocar a discussão sobre o caráter relativo a lugar da questão do caráter francês ou “estrangeiro” do palácio enquanto expressão cultural. Na presente discussão, assim, caráter relativo a lugar pode aparecer como uma categoria que depende não apenas, ou nem mesmo principalmente, de uma tipologia ou estilo regional (ou regionalista) ou nacional, ou de referências genéricas a uma cultura local. A composição arquitetônica desempenha um papel fundamental. Então, o que aqui é a nossa preocupação principal não é que o palácio pareça ser problemático em relação ao lugar porque é estrangeiro ou foi importado, porque é francês ou reflete um “temperamento francês” e, desse modo, não expressa uma cultura luso-brasileira, mas que é problemático em relação ao lugar porque há problemas especificamente compositivos com sua inserção física em uma realidade física, geométrica e espacial específica.

Isto não quer dizer, todavia, que o fato de o palácio ser uma concepção francesa não seja importante. Princípios compositivos não são universais, mas estão relacionados a certas tradições históricas. A relação dos edifícios com seus precedentes históricos é muito importante. Uma das razões pela qual se sente que o palácio não está bem colocado num canto da praça é que os precedentes aos quais ele se refere usualmente não se encontram numa situação similar. Nosso palácio pertence a uma certa tradição arquitetônica: o classicismo e academismo francês, baseado em noções de axialidade, centralidade, simetria, e para o qual o sentido de unidade no contexto urbano é muito importante (Figs. 13 e 14). A



13
O típico palácio classicista francês (do período barroco) é um precedente do Palácio Piratini. O Château de Maisons, por exemplo, projetado por François Mansart e construído entre 1642 e 1646, fecha, frontal e simetricamente, a perspectiva de uma avenida da cidade de Maisons.

Foto do autor.

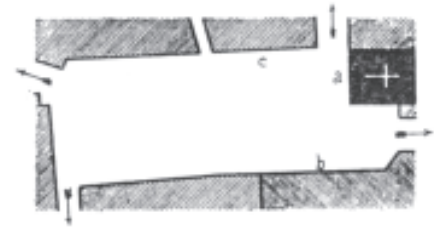


14
A centralidade do maior palácio do classicismo francês (período barroco): vista aérea do Palácio de Versalhes em gravura do final do século XVII.

MONTCLÓS, Jean-Marie Pérouse de & POLLIDORI, Robert, *Versailles*, Paris: Mengès, 1996, p. 22.

partir do período barroco, os edifícios passaram a estar bem mais relacionados ao seu ambiente urbano do que durante o Renascimento. Assim, como em nosso caso os princípios formais estão contidos no edifício em si, sem correspondência no espaço urbano à frente, aquele gera a sensação de não estar adequado ao seu lugar, ou da praça não ser adequada a ele.

Seguindo o mesmo tipo de argumentação, podemos sugerir que a catedral, por sua vez, não apresenta o mesmo tipo de problema que o palácio. Embora também seja um edifício classicista, seus precedentes são em boa parte igrejas renascentistas italianas, as quais eram freqüentemente localizadas em praças medievais, sem grandiosos esquemas urbanos classicistas à sua volta (Figs 15 e 16). Na Renascença, os edifícios tendiam a ser vistos mais como individualidades do que como parte de um conjunto interrelacionado. Embora o edifício observasse regras como simetria, centralidade, axialidade, essas regras eram freqüentemente confinadas aos limites do edifício em si. Portanto, ao se referir a esse tipo de precedente, a catedral em Porto Alegre não requer um grandioso arranjo axial urbano. Não parece estranha em um canto da praça. Isto também pode explicar a forma, na proposta de Gladosch, para sua nova praça. A assimetria do espaço em "L" e o fato de que um lado da igreja estaria mais visível do que o outro não constituiriam problemas. Há vários precedentes para esta situação. A escolha de Gladosch de tipos de espaços públicos para o palácio e a igreja demonstra, assim, um entendimento da história do campo disciplinar, que é em si mesmo uma fonte fundamental de significado em arquitetura. Podemos também observar, com isto, que a dimensão histórica do caráter do lugar não se refere apenas à história do lugar em si, mas também à história do campo disciplinar. A Praça da Matriz e vários de seus edifícios devem ser entendidos em relação a precedentes históricos, à história da arquitetura à qual se referem. E isto tem uma importância fundamental para os significados arquitetônicos que o lugar adquire.



Mântua: Piazza S. Pietro
a (S. Pietro); b (Pal. Reale); c (P. Vescovile)

15

A catedral de Mântua, do século XVI, obra de Giulio Romano: precedente do Renascimento/Maneirismo de igreja classicista em posição não central em uma praça medieval.

SITTE, Camillo, A construção das cidades segundo seus princípios artísticos, São Paulo: Ática, 1992, p. 49.



16

Catedral de Mântua, século XVI.

Foto do autor.

Renato Holmer Fiore

Professor Adjunto do Departamento de Arquitetura da UFRGS, com atuação nas disciplinas de história e teoria da arquitetura. É arquiteto formado pela UFRGS (1987), mestre em história pela PUC-RS (1992) e PhD em arquitetura pela Universidade de Londres, através do Bartlett School of Graduate Studies da University College London (2001). Entre 1990 e 1996 foi professor de história e de teoria da arquitetura na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Ritter dos Reis, tendo sido chefe do Departamento de Ciências Básicas e Propedêuticas daquela escola entre 1995 e 1996.

NOTAS

- ¹ Ver MACHADO, Andrea Soler, *Dois palácios e uma praça: a inserção do Palácio da Justiça e do Palácio Farroupilha na Praça da Matriz em Porto Alegre*, Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 1996 (dissertação de mestrado).
- ² Ibid. Ver também MACHADO, Andrea Soler, "A Praça da Matriz", *Arqtexto*, Porto Alegre, n. 0, p. 44-56, 1º semestre 2000.
- ³ OLIVEIRA, Clóvis Silveira de, *Porto Alegre: a cidade e sua formação*, Porto Alegre: Norma, 1985, p. 123.
- ⁴ AVÉ-LALLEMANT, Robert, *Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858)*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1980, p. 159.
- ⁵ Não vamos aqui nos estender a respeito da história do Palácio Piratini, a qual é também bastante conhecida, tendo sido analisada em detalhes por BITTENCOURT, Dóris Maria Machado de, *Os espaços do poder na arquitetura do período positivista no Rio Grande do Sul: o Palácio do Governo*, Porto Alegre: IFCH-PUCRS, 1990 (dissertação de mestrado), e WEIMER, Günter, *Arquitetura erudita da imigração alemã no Rio Grande do Sul*, São Paulo: USP, 1989 (tese de doutorado).
- ⁶ MACHADO, Andrea, *Dois palácios e uma praça...*, p. 124.
- ⁷ Ibid., p. 131.
- ⁸ Ver COMAS, Carlos Eduardo Dias, "Arquitetura brasileira anos 80: um fio de esperança", *AU-Arquitetura Urbanismo*, São Paulo, v. 6, n. 28, p. 91-97, fev./mar. 1990, e "Casa e cidade: reflexão gaúcha, realizações européias", *AU-Arquitetura Urbanismo*, São Paulo, v. 7, n. 33, p. 48-51, dez. 1990/jan. 1991.
- ⁹ Dóris Bittencourt já observara essa falta de consonância entre palácio e praça, colocando que a praça não tinha a extensão necessária para enfatizar a monumentalidade do palácio. BITTENCOURT, *op. cit.*, p. 236.
- ¹⁰ Deste plano, apenas a parte da avenida entre a Praça da Alfândega e o porto, chamada Avenida Sepúlveda, foi construída.
- ¹¹ Uma descrição e análise deste projeto de Gladosch já foi realizada por Andrea Machado (Ver MACHADO, Andrea, *op. cit.*). Intentamos aqui, no entanto, salientar certos aspectos e acrescentar certas considerações importantes para o nosso ponto de vista.
- ¹² O teatro seria substituído por um novo edifício para o tribunal, secretarias estaduais ocupariam o lado leste da praça definida de modo novo, e a Assembléia Legislativa seria construído no seu lado oeste. Ver MACHADO, Nara Helena Naumann, *Modernidade, arquitetura e urbanismo: o centro de Porto Alegre (1928-1945)*, Porto Alegre: IFCH-PUCRS, 1998 (tese de doutorado), p. 171-172.
- ¹³ "Centro Administrativo Estadual de Porto Alegre", *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 08.10.1945, p. 18. Citado em MACHADO, Nara, *op. cit.*, p. 171.
- ¹⁴ MACHADO, Andrea, *op. cit.*, p. 256.
- ¹⁵ WEIMER, *op. cit.*, p. 0.20.
- ¹⁶ MACHADO, Nara, *op. cit.*, p. 172.
- ¹⁷ MACHADO, Andrea, "A Praça da Matriz", *Arqtexto*, Porto Alegre, n. 0, p. 53.
- ¹⁸ MACHADO, Nara, *op. cit.*, p. 172.